



O COOPERATIVISMO E AS REDES SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: O CASO DA COOPAZÇU NA COMUNIDADE DE NAZARÉ – AMAZONAS

COOPERATIVISM AND SOCIAL NETWORKS FOR RURAL DEVELOPMENT: THE CASE OF COOPAZÇU IN THE COMMUNITY OF NAZARE, AMAZONAS

Wendell Lima Bandeira*

Resumo

Este trabalho busca fazer uma análise do cooperativismo e sua conexão com as redes sociais como fator de desenvolvimento em comunidades rurais na Amazônia, tomando como caso a cooperativa Coopazçu, localizada na área rural do município de Parintins, Amazonas. O objetivo do mesmo se baseia na análise de como ocorrem as dinâmicas de interações sociais existentes na comunidade na formação de uma estrutura de governança articulada pelos próprios atores sociais e de que forma a cooperativa local, ao desenvolver suas atividades econômicas, sociais e ambientais, contribui na busca de um desenvolvimento rural a partir das redes sociais. Para isso, será utilizada como metodologia a revisão bibliográfica, abordando as teorias e a conceituação que se relacionam com o objeto de estudo, tais como: o desenvolvimento a partir do Ator e interações com as redes sociais, o capital social presente nas organizações, o movimento cooperativismo e os valores de reciprocidade, confiança e cooperação, entre outros referentes à temática. Também serão utilizados dados referentes a uma pesquisa de campo realizada na comunidade onde está localizada a cooperativa. Os dados serviram pra demonstrar como a cooperativa estabelece suas relações sociais com vistas ao desenvolvimento da região onde se localiza e como os atores locais utilizam as redes sociais para impulsionar seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Cooperativismo, Redes Sociais, Desenvolvimento, Coopazçu.

Abstract

This work seeks to make an analysis of cooperativism and its connection with social networks as a development factor in rural communities in the Amazon, taking as a case the Coopazçu cooperative, located in the rural area of the municipality of Parintins, Amazonas. The objective of this study is to analyze the dynamics of social interactions in the community in the formation of a governance structure articulated by the social actors themselves and how the local cooperative in the development of its economic, social and environmental activities contributes to the search for rural development from social networks. For this purpose, the bibliographic review will be used as methodology, addressing the theories and conceptualization that relate to the object of study, such as the development from the Actor and interactions with social networks, the social capital present in organizations, the cooperative movement and values of reciprocity, trust and cooperation, among others referring to the theme. Data will also be used for a field survey conducted in the community where the cooperative is located. The data served to demonstrate how the cooperative establishes its social relations for the development of the region where it is located and how local actors use social networks to boost their development.

Keywords: Cooperativism, Social Networks, Development, Coopazçu.

* Mestrando em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA). E-mail: wendellbandeira@gmail.com



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local
Introdução

A emergência de um modelo de desenvolvimento capaz de solucionar os problemas da humanidade nas suas mais diversas dimensões vem sendo estudado há bastante tempo, acompanhando a própria trajetória de evolução humana.

A princípio, o desenvolvimento estava ligado ao próprio termo de evolução do homem, tentando explicar o movimento histórico da humanidade e seu próprio sentido na terra. A conceituação de desenvolvimento veio, dessa forma, durante o processo histórico, se modificando ao passo do progresso da humanidade.

De início, relacionando-a com a natureza, como aquilo que está no ciclo do crescimento - nascer, crescer, maturar, declinar, morrer e recomeçar. Com o advento do cristianismo, na virada do século IV e V, com Santo Agostinho, a variável divina entra no ciclo do desenvolvimento acima citado.

Com o racionalismo e o progresso científico, já no século XVII, a ideia de desenvolvimento se assemelha à ideia de progresso, sendo inaugurado no Iluminismo e na Revolução Industrial. Na virada do século XIX para o século XX, com a crescente institucionalização do campo científico, a ideia de desenvolvimento esteve completamente atrelada ao crescimento econômico.

Por fim, ainda no século XX, a ideia de desenvolvimento como sinônimo de crescimento não respondia mais à preocupação para que o conjunto da sociedade alcançasse uma situação de bem-estar e igualdade social (FAVARETO, 2007).

Nessa perspectiva, é posterior à Segunda Guerra Mundial, com os aportes das ciências sociais, como sociologia e antropologia, que começaram a ser analisados os fatores macro do desenvolvimento, principalmente no que dizia respeito ao atraso econômico e ao empobrecimento da população.

Nesse sentido, busca-se verificar a proposta da teoria de desenvolvimento a partir dos atores locais, encabeçada por Long e Ploeg, sendo uma saída para a compreensão de um novo conceito de desenvolvimento que busca examinar as relações das redes sociais nas estruturas institucionais postas na sociedade. Assim, este trabalho tem como objetivo fazer uma análise do cooperativismo e sua conexão com as redes sociais como fator de desenvolvimento em comunidades rurais na Amazônia, tomando como caso a cooperativa Coopazçu, localizada na área rural do município de Parintins, Estado do Amazonas.

Considera-se que a cooperativa forma uma instituição capaz de estabelecer essas relações sociais em rede por meio de valores como reciprocidade, confiança e cooperação que contribuem para o aumento do capital social dos Atores que estão postos nessa rede e, assim, colaborando para que haja desenvolvimento local.

Os aspectos metodológicos se baseiam na pesquisa bibliográfica para a compreensão da problemática da pesquisa. Também se utilizou o estudo de caso da cooperativa localizada em uma área rural na Amazônia para ser objeto de análise. Os dados foram coletados por meio de uma pesquisa de campo realizada entre



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

junho-novembro de 2017 na sede da cooperativa, juntamente com os atores sociais que pertencem à região.

Assim, este trabalho está estruturado, além da introdução e considerações finais, em três tópicos, sendo o próximo tópico uma abordagem sobre o histórico do cooperativismo. O segundo tópico trata da análise das redes sociais numa perspectiva focada no Ator e o seu Capital Social. O último tópico traz o estudo de caso da cooperativa e sua conexão com as redes sociais.

1. Cooperativismo: surgimento e sua relação com desenvolvimento rural

Aqui, serão discutidos o surgimento do movimento cooperativista e sua chegada no Brasil e de que forma na atualidade esse movimento contribui para o desenvolvimento de comunidades onde por meio da cooperação em que os atores sociais estabelecem vínculos de confiança, reciprocidade e ação coletiva na busca de desenvolver uma atividade em comum para o desenvolvimento local.

A história do movimento cooperativista, como a maioria da emergência de resistência, surge a partir da união e da força da classe trabalhadora diante das precarizações e seu empobrecimento causado pela Revolução Industrial. A ajuda recíproca, a união e a cooperação para se livrar da miséria começaram a tomar conta dos trabalhadores, principalmente os tecelões, grupo bastante impactado no período da revolução.

Assim, é a partir desse movimento de união e de resistência às forças do capitalismo que estava se iniciando na Inglaterra que se tem o surgimento do chamado cooperativismo moderno, que durante seu amadurecimento perpassou pelas ideias de vários pensadores socialistas que buscaram reagir contra as injustiças sociais que vinham acontecendo na Europa com a Revolução Industrial no século XIX, e de maneira mais organizada, tendo como grandes entusiastas: os Probos Pioneiros de Rochdale, SchulzeDelitzsch e Raiffeisen (MLADENATZ, 2003).

De acordo com Sales (2010) iniciativas anteriores aos pioneiros cabem ser destacadas, mesmo não tendo obtido o mesmo sucesso em suas experiências, como os primeiros cooperativistas Robert Owen (1771-1858), Charles Fourier (1772-1837), Phelippe Joseph Buchez (1796-1865) e Louis Blanc (1812-1882), sendo que estes já se caracterizavam como socialistas mediante as desigualdades sociais causadas pelo capitalismo. Assim, segundo Bioaloskorki (2006, p.23) “a cooperação e o próprio cooperativismo são discutidos, inicialmente, por uma linha de pensadores econômicos, os socialistas chamados de utópicos, e entre eles os associacionistas”.

Sales (2010) destaca ainda a influência de pensadores filósofos e utopistas que por meio de suas obras já aspiravam a uma organização social constituída de maneira racional em que se eliminavam as diferenças econômicas e implantava-se o bem-estar coletivo, como em “A Republica” de Platão (428 a.C.-347 a. C.), “Utopia” de Tomas Morus (1470-1535), “A Nova Atlantis”, de Francis Bacon (1561-1626) e “A cidade do Sol” de Tomás Campella (1568-1639).



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

Esses pensadores influenciaram de certa forma a concepção de uma doutrina cooperativa por meio das ideias dos autores acima citados, que surgiram na Inglaterra e na França, países que encabeçaram o progresso intelectual, bem como o desenvolvimento industrial da época moderna.

Essas primeiras iniciativas não obtiveram tanto sucesso devido às condições políticas desfavoráveis, porém, cabe reconhecer que eles também deixaram suas contribuições para os princípios que estão na base da organização e funcionamento das cooperativas modernas. Como exemplo disso, temos a figura de Robert Owen, considerado como o pai do cooperativismo, onde muitas de suas ideias foram evidenciadas nos estatutos dos pioneiros de Rochdale e formam parte da doutrina cooperativista que conhecemos na atualidade (BIALOSKORKI NETO, 2006).

Como pontua Mladenatz (2003), o desenvolvimento atual na qual conhecemos o cooperativismo iniciou-se na época do surgimento do capitalismo, tendo na Inglaterra seu bojo como o liberalismo econômico de Adam Smith,

A cooperativa é em geral considerada uma instituição dos tempos modernos da época capitalista. Em todo tempo, existiu um espírito de cooperação, bem como realizações que muito se aproximaram das atuais formas cooperativas. Não é menos verdade que foi na época moderna que o movimento cooperativo teve a seu alcance todos os elementos favoráveis a um verdadeiro desenvolvimento. Foi o regime econômico e jurídico moderno, o regime do liberalismo econômico e da liberdade de trabalho e da associação que criou as condições necessárias à criação das associações cooperativas de diferentes espécies (MLADENATZ, 2003, p. 22-23).

Sob esse prisma, foi necessário um certo amadurecimento de ideias para que se chegasse a um sistema cooperativo com princípios e valores como se verifica na atualidade. Esse amadurecimento teve em seu cerne, a organização de alguns tecelões de flanela do Vilarejo de Rochdale (Inglaterra) que, na qual reunidos em conselho, buscavam uma alternativa para superar a miséria que se instalava devido à precariedade do trabalho dos grupos de operários. Assim em 1843, com um dos participantes pioneiros, Holyoake, muito influenciado pela ideia de Owen e King, resolve-se formar uma sociedade cooperativa.

Dessa forma, em outubro de 1844, é criada a cooperativa de consumo denominada “Rochdale Society of Equitable Pioneers”, que em seu estatuto coloca-se como uma nova sociedade com bases éticas e econômicas diferenciadas que servirá de espelho para que se constituam outras colônias com características de justiça social e cooperação entre seus membros. Nesse sentido, esse fato é considerado, até os dias atuais, o início do movimento cooperativista mundial, ou seja, o marco fundamental do cooperativismo moderno, que ainda hoje rege os princípios da Aliança Cooperativa Internacional e as organizações cooperativas em níveis nacionais (MLADENATZ, 2003; BIALOSKORKI NETO, 2006).



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

Tendo sua emergência na Europa, o cooperativismo se espalhou pelo mundo, se diversificando nas mais diferentes modalidades e sistemas econômicos, sociais e culturais. No Brasil, não há como precisar o início do movimento cooperativista, mas dados estabelecem que ainda em 1610, com a constituição das primeiras reduções jesuítas no Brasil, formou-se a construção de um estado cooperativo em bases integrais, fundamentando-se em uma sociedade solidária, baseada no trabalho coletivo e no bem-estar das famílias. Porém, foi com a chegada dos primeiros colonos europeus em Santa Catarina entre 1842-1845 e no Paraná, entre 1847-1890, que se buscou implantar as cooperativas baseadas no modelo reformador europeu de cooperação, principalmente pelas ideias de Charles Fourier, com o médico francês Jean Maurice Faivre, que criou no Paraná, a Colônia Tereza Cristina, sendo que a mesma teve uma breve existência (REISDOFER, 2014).

Segundo Silva (2009) a partir de 1891, sob forte influência dos Pioneiros de Rochdale e dos imigrantes europeus que estavam no Brasil, fundou-se em Limeira, São Paulo, a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica. Em 1894, no Rio de Janeiro, constituiu-se a Cooperativa Militar de Consumo do Distrito Federal. Por sua vez, em 1895, surgiu em Recife a Cooperativa de Consumo Camarajibe e, a partir de 1907, em Minas Gerais, foram organizadas as primeiras cooperativas agropecuárias, que contribuíram fortemente para o desenvolvimento do país.

Assim, foram surgindo no Brasil diversas cooperativas, sempre baseadas nos modelos de cooperação que nasceu na Europa e foram trazidos por imigrantes para o país, como as emblemáticas cooperativas de créditos, que surgiram a partir de 1900, tendo como exemplo temos a primeira cooperativa de crédito criada, em 1902, em Nova Petrópolis (RS), pelo padre jesuíta suíço, Théodor Amstadt, que lançou a ideia de organização de uma caixa de crédito rural nos moldes das Caixas Raiffeisen, batizada pelos imigrantes alemães como *Sparkasse Amstad*. Essa cooperativa de crédito existe até os dias atuais, sendo a mais antiga cooperativa deste ramo em funcionamento no Brasil, atualmente denominada de Sicredi (FUNDAÇÃO SICREDI, 2014).

Pode-se observar que o movimento cooperativo foi de grande importância para um sistema de cooperação baseado na reciprocidade entre as classes trabalhadoras que possibilitou um desenvolvimento mais justo e solidário frente ao capitalismo que estava em expansão na Inglaterra. No Brasil, esse movimento teve seu estabelecimento principalmente com os imigrantes europeus que chegavam ao país. Atualmente, este movimento se estabeleceu e consolidou-se como uma forma de desenvolvimento para o país, sendo de início com as organizações dos setores de trabalho e posteriormente com as cooperativas de crédito, que surgiram como saída para as pequenas zonas rurais que não obtinham acesso a bancos convencionais, sendo uma alternativa para o desenvolvimento rural essas cooperativas de crédito.



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

Na atualidade, as cooperativas que de forma direta e indireta contribuem para o desenvolvimento do espaço rural assumem diversas formas, passando pelas organizações cooperativas de crédito, produção consumo, serviços e também de conservação do meio ambiente. Ressalta-se que esta última representa um fator fundamental para o equilíbrio sustentável para a manutenção das florestas e da biodiversidade brasileira, principalmente quando se trata das comunidades rurais da Amazônia, onde está localizada a cooperativa objeto deste trabalho.

Nesta perspectiva, o Estado passou a se preocupar no estabelecimento de um marco legal para a consolidação de cooperativas localizadas em áreas rurais do país para servirem como fator de desenvolvimento rural para o país, principalmente após a redemocratização, quando surgiu de forma mais consolidado o conceito de agricultura familiar, onde movimentos sociais do campo organizados como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), dentre outros, pressionaram o Estado para que inserissem essa categoria na formação de políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento rural (COSTA; AMORIN JR; SILVA, 2015).

Assim, as cooperativas localizadas em áreas rurais tornaram-se alvo de políticas públicas para o desenvolvimento desse espaço, tendo como marco os programas de aquisição de alimentos do governo federal, que possibilitou às cooperativas de produção ganhar espaço no fornecimento de alimentos para o Estado, mediante programas como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) entre outros, gerando trabalho, renda, especialização produtiva e desenvolvimento para as famílias de produtores rurais.

No próximo tópico, será abordado como ocorre o relacionamento dos atores sociais que formam as organizações cooperativas e de que forma os princípios, normas e valores determinados na instituição social são estabelecidos para que haja uma governança baseada nas redes sociais dos atores locais.

2. Rede Social, Capital Social e suas contribuições para a governança cooperativa

Neste tópico será abordada a teoria das redes sociais no desenvolvimento, partindo do pressuposto do desenvolvimento sendo dirigido a partir dos próprios atores presentes nas comunidades, que por meios de suas relações sociais estabelecem normas e valores em suas instituições que direcionam a um objetivo em comum que é o desenvolvimento de sua localidade em uma perspectiva mais ampla, envolvendo os aspectos econômico, social, ambiental e cultural.

De acordo com Gonzales (2014) a perspectiva do desenvolvimento rural orientada pelo ator, proposta por Norman Long e Jan Douwe van der Ploeg constitui



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

uma importante contribuição para o entendimento da América Latina no que diz respeito ao desenvolvimento rural.

Após a Segunda Guerra Mundial, começa a ser questionado o modelo de desenvolvimento que estava em prática no momento, baseado intensamente do crescimento econômico e individualista da economia clássica, a qual se mostra insuficiente para responder as transformações sociais pelas quais o mundo estava passando no momento. Nesse contexto, principia-se a busca por entender o desenvolvimento a partir dos atores locais, partindo de um desenvolvimento de baixo para cima, enfatizando a qualidade de vida desses sujeitos (OLIVEIRA, 2002).

De acordo com Gonzales (2014) a partir da década de 1990, na busca de entender o desenvolvimento a partir das dinâmicas sociais e trocas de fluxos que formam as relações humanas, a antropologia trouxe um novo olhar, desde a incorporação de aportes teóricos, para compreender o desenvolvimento na escala humana, tendo como precursores principalmente os representantes da Escola de Wageningen: Alberto Arce, Jan Douwe Van der Poley e Norman Long, incorporando os processos sociais humanos e os fatores externos no entendimento do desenvolvimento. Dessa forma, o ator intervém no processo de desenvolvimento, não sendo apenas um receptor de políticas públicas, mas sim, contribuindo e participando na construção desse processo.

Nessa ótica, o desenvolvimento parte do método de como os atores interagem com o meio interno e externo em um processo que se retroalimenta a fim de se alcançar um estágio de desenvolvimento no qual os atores sociais estão ligados por meio de estruturas que se formam em redes não estáticas, mas que são modificadas de acordo com a reciprocidade e cooperação estabelecidas dentro da rede.

Long parte do entendimento de Weber, isto é, que para analisar o desenvolvimento temos que compreender o significado e o comportamento das instituições e grupos que formam a sociedade a partir do indivíduo, como forma de tentar explicar suas ações sociais.

A partir deste entendimento de desenvolvimento acerca do ator, aparece outro fator importante para compreender esse processo; trata-se do Capital Social, o qual vai se estabelecer como meio de se alcançar o desenvolvimento humano e endógeno de determinada localidade e região. Logo, o Capital Social do indivíduo ou grupo social vai ser fundamental para a afirmação de trocas de reciprocidade e cooperação que determinam as redes sociais que são estabelecidos dentro da estrutura social formadora da sociedade.

Putnam (2007) ao tentar compreender o processo de desenvolvimento social e econômico do Norte e Sul da Itália, sendo que o Norte do país se desenvolvia com maior intensidade que o Sul, afirmou que o Capital Social se define como as relações sociais que formam a sociedade, a cooperação e a confiança que são estabelecidos entre as instituições que proporcionam a melhoria na qualidade de vida da população, criando uma capacidade da sociedade de conduzir o seu próprio



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

desenvolvimento. Nesse sentido, quanto mais organizada for uma sociedade, com normas e regras estabelecidas, mais fácil tende a ter a cooperação e a confiança entre os indivíduos, aumentando assim seu Capital Social.

Fukuyama (2002) corrobora para esse entendimento afirmando que o capital Social,

É um conjunto de valores ou normas informais partilhadas por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si. Espera-se que se os outros se comportarem confiável e honestamente, os membros do grupo acabarão confiando uns nos outros. A confiança age como lubrificante, levando qualquer grupo ou organização a funcionar com maior eficiência (FUKUYAMA, 2002, p. 155).

Por sua vez, Abramovay (2000) ao discorrer sobre o Capital Social dentro do desenvolvimento rural, afirma que o entendimento do mesmo vai em contraposição do modelo de sociedade clássica que diz que esta é formada por um conjunto de indivíduos independentes que agem em função de benefícios próprios. Entretanto, para Abramovay, a noção de Capital Social permite ver que os indivíduos não agem de forma isoladas e seus comportamentos nem sempre se manifestam de maneira egoístas. Assim sendo, o Capital Social é formado por estruturas sociais que são recursos ativos que facilitam as ações dos indivíduos a fim que se atinja um objetivo em comum.

Nessa acepção, as redes sociais, por meio das interações entre os atores e o Capital Social, estão diretamente ligadas às formas de cooperação e associatividade que são estabelecidas dentro de comunidades, nas quais as cooperativas podem estar inseridas como instituições formais dentro desse contexto na busca de um desenvolvimento baseado na cooperação, confiança e reciprocidade entre os atores objetivando uma melhor qualidade de vida.

A cooperativa, que pode ser entendida como uma instituição presente dentro da estrutura social dotada de interações dos atores por meio de redes e Capital Social intrínseca, carrega como seus princípios cooperativos adjetivos que observamos no decorrer da discussão, dotada principalmente de fatores de reciprocidade, confiança e ação de cooperação. São esses princípios alocados no âmago do cooperativismo que estabelecem uma governança eficiente para que haja colaboração mútua a fim de se alcançar a um objetivo comum com finalidade de se desenvolver econômica e socialmente.

De acordo com Souborin (2010) a reciprocidade aparece no centro das relações humanas, sendo estabelecida como norma social universal, que é comumente encontrada em comunidades tradicionais camponesas e indígenas, sendo uma relação simétrica entre o indivíduo e o grupo e entre cada um dos indivíduos e o grupo, assim, formando uma rede e estabelecendo relações de reciprocidade.



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

Ainda segundo o autor, a reciprocidade é mais fielmente construída a partir da organização coletiva dos indivíduos, onde por meio de normas e regras estabelecidas na instituição formada, irá se criar um ambiente favorável para que haja cooperação entre os membros. Nesse sentido, a governança cooperativa dentro dessas instituições formadas terá maior eficácia, pois seus membros estarão dotados de confiança e reciprocidade o que faz com que as redes sociais estabeleçam um comportamento unitário para que sejam alcançada a finalidade comum que é a melhoria na qualidade de vida (SOUBORIN, 2010).

Nesse conseguinte, percebemos o quão importante se tornam as relações sociais dos indivíduos ou grupos para que suas interações nas estruturas internas e externas que são postas na rede possam colaborar para o aumento do Capital Social e da cooperação, na qual vão estabelecer uma boa governança cooperativa para que possam estabelecer resistência frente ao mercado tradicional. A esse processo, Polanyi denomina de “contramovimentos” e Long e Ploeg chamam de exercício do seu papel de “agência”, construindo suas próprias mudanças e melhores escolhas para avanço na qualidade de vida, buscando um modelo de desenvolvimento que seja realizado por meio dos atores nas redes sociais (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

3. A cooperativa Coopazçu como fator de desenvolvimento da comunidade de Nazaré, AM

A cooperativa de Agro Turismo, Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental das comunidades do Zé Açú (COOPAZÇU) tem se organizado desde seu surgimento, em 2014, para viabilizar o desenvolvimento comunitário sustentável da região do Zé Açú, sendo que a mesma se trata de uma área de assentamento de reforma agrária pertencente ao município de Parintins/AM.

A sede da cooperativa onde ocorrem as reuniões dos cooperados está localizada na comunidade Nossa Senhora de Nazaré e, juntamente com mais 12 comunidades rurais, faz parte da região do Zé Açú sendo que esta região está localizada na área de assentamento rural denominado Vila Amazônia, área rural do município de Parintins. A comunidade em destaque está a 10 km de distância da sede municipal de Parintins. O acesso à mesma ocorre por meio fluvial, sendo realizado através de pequenas e médias embarcações, como barco de recreio, lanchas e voadeiras. Em média, o percurso da viagem, saindo de Parintins até a comunidade, utilizando-se de voadeira ou lancha, demora cerca de 20 minutos. Conforme a figura 01.

A *priori*, o meio de organização da comunidade constituía-se de uma associação: a Associação de Produtores Rurais de Nazaré – ASPROZARÉ. A referida Associação iniciou o trabalho de organização das atividades rurais desenvolvidas na comunidade e a participação de demandas pelo poder público das necessidades da região também era representado pela associação nas reuniões. No entanto, percebeu-se que a mesma era limitada tendo em vista que algumas



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

atividades cuja comunidade almejava realizar na região que demandavam de recursos financeiros, sendo que essas atividades possibilitariam aos atores envolvidos uma alternativa de trabalho, renda e desenvolvimento local.

Com esse objetivo, no ano de 2014, houve a iniciativa da criação da cooperativa COOPAZÇU que, a partir de então, deu continuidade às atividades outrora já desenvolvidas pela associação que estava presente na localidade. A Cooperativa foi constituída no dia 26 de abril de 2014, sendo regulada pela Lei do Cooperativismo, princípios da autogestão e por meio do Estatuto próprio (Estatuto Social de Cooperativa, 2014).

Figura 01: Localização geográfica da Comunidade Nossa Senhora de Nazaré



- 1 – Parintins/AM
- 2 – Assentamento Vila Amazônia
- 3 – Região do Zé Açú
- 4 – Comunidade de Nazaré

Fonte: Google Maps, adaptado pelo autor (2018)

O movimento de cooperativismo na comunidade rural citada está caracterizado como uma cooperativa de economia solidária, pois se caracteriza por uma gestão solidária e de reciprocidade entre seus membros, através da qual, por meio de uma relação social de “compadrio”, estabelecem redes de confiança para que possam ser desenvolvidas as atividades estabelecidas em seu estatuto para que seja capaz de gerar trabalho, renda e desenvolvimento local, melhorando a qualidade de vida das famílias.

Segundo Singer (2011) as organizações sociais e econômicas estabelecidas em áreas menos desenvolvidas, como é o caso das comunidades rurais da



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

Amazônia, são geridas mais pelo ato de solidariedade do que pela própria competição de mercado. A economia solidária se põe no cerne das relações das organizações a fim de que proporcionem benefícios sociais e econômicos para seus membros, colocando-se nas brechas e carências que o sistema de economia dominante se nega a resolver.

Na Amazônia, essas características aparecem mais fortes nas redes sociais que formam as estruturas de cooperação que se estabelecem em suas comunidades rurais, comunidades indígenas, reservas extrativistas e outras comunidades tradicionais. Primeiro, porque são regiões dotadas de pouca capitalização econômica para organizar uma rede de cooperação para fins puramente econômicos. Segundo, como vantagem, é que essas comunidades possuem um Capital Social bastante forte, pois a reciprocidade, a capacidade de cooperação, o respeito mútuo e a solidariedade são virtudes intrínsecas nas instituições que formam essas regiões. Assim, essa ideia corrobora para a afirmação de Singer (2001, p. 106) que “a solidariedade substitui, em alguma medida, o capital faltante”.

Para Chaves (2001) as formas de organizações sociais na Amazônia se dão de maneira diferenciada, pois o sentimento de pertencimento se estabelece de forma mais acentuada. Em síntese, o fato de pertencer e estar vinculado a uma região que por si só já se representa como pujança social e ecológica, estabelece uma capacidade de ajuda mútua muito forte dentro da estrutura social que os indivíduos estão inseridos, conforme a autora pontua.

Os vínculos de (con) vivência entre os comunitários, os laços familiares, os sentimentos de pertencimento e de estabelecimento de acordos em busca de consenso, desencadeiam interações necessárias que geram condições de igualdade: as redes comunitárias de ajuda mútua (CHAVES, 2001, p. 81).

Nesse sentido, essas redes comunitárias são formadas pelas relações de reciprocidade e confiança que são estabelecidas nas instituições, mais ou menos formais, que estão localizadas nas comunidades rurais da Amazônia. Assim, percebemos o importante papel dos atores sociais e das instituições no processo de mudança e comportamento social nessas localidades para que possam alcançar o seu desenvolvimento.

A Coopazçu, como uma cooperativa solidária localizada em uma comunidade rural, desempenha as funções claras que estão em discussão neste trabalho, sendo que os princípios do cooperativismo e a base do desenvolvimento local por meio das redes sociais e do Capital Social aparecem intrínsecos dentro do ambiente de gestão e governança da cooperativa, assim como também nas estruturas que formam essa região.

Dentro da estrutura institucional que se encontra presente na região, a cooperativa está ligada em rede com instituições que colaboram e se retroalimentam



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

em fluxos de informações e atividades que servem para o fortalecimento e melhoramento das ações econômicas, sociais, ambientais e culturais. Estabelecendo relações com, por exemplo, a Secretária de Meio Ambiente, Cultura e Turismo da cidade de Parintins, o Campus de Parintins da Universidade Federal do Amazonas, o Escritório Regional do INCRA, e também outras organizações associativas dispostas ao longo das comunidades rurais da localidade.

A formação dessa rede social com as estruturas internas e externas possibilita que a cooperativa possa se fortalecer cada vez mais dentro da região do Zé Açú, colaborando para o desenvolvimento rural das comunidades que pertencem a sua área de atuação. Assim, a cooperativa mostra-se como uma instituição importante para o desenvolvimento rural da região, onde por meio de suas atividades econômicas, sociais, ambientais e culturais, colabora para a geração de trabalho e renda, assim como também para a manutenção das tradições culturais e do meio ambiente que é de suma importância para o desenvolvimento da principal atividade econômica da cooperativa, o turismo.

As atividades turísticas ofertadas pela cooperativa se constituem num dos principais fatores de desenvolvimento para a localidade. A região do Zé Açú é caracterizada por ser uma região de lagos de cor cristalina e de praias, ocorrendo o surgimento das praias no período da vazante na Amazônia, de tal forma que a região receba diversos turistas que se deslocam para passar o dia se banhando nas praias e fazendo turismo nas comunidades. Essa dinâmica é também facilitada devido ao fato de que a localidade fica próxima à cidade.

Nesse sentido, a comunidade de Nazaré, sendo uma comunidade polo da região e próxima às áreas de praia, oferece por meio da cooperativa algumas atividades turísticas utilizando o potencial cultural e ecológico presente. O quadro 01 demonstra algumas das atividades que são ofertadas pela cooperativa e que ao mesmo tempo que geram trabalho e renda para as famílias envolvidas no processo, também conseguem estabelecer uma ligação de conservação ambiental que é de grande importância para as regiões da Amazônia.

Dessa forma, percebe-se que uma das preocupações principais das ações da cooperativa diz respeito à preservação e à conservação do meio ambiente que se fundamenta como uma das práticas inerentes aos anseios dos povos que vivem e se organizam na Amazônia.

Diante dessa perspectiva abordada, a cooperativa opera na comunidade de Nazaré com a finalidade de levar desenvolvimento local para a região de sua atuação, Região do Zé Açú. Pode-se caracterizar esse modelo de desenvolvimento baseado da teoria de desenvolvimento local endógeno que parte do entendimento dos atores locais como fundamentais para se alcançar a melhoria na qualidade de vida da população local.



Quadro 01: Atividades turística desenvolvidas pela Coopazçu

	Ações de TBC na Comunidade de Nazaré	Características
A	Trilhas culturais	Realizadas na área da comunidade, onde são apresentadas as árvores históricas, as plantações, flora e fauna componentes essenciais do modo de vida local.
B	Passeios de canoa e/ou bote	Realizados nos rios e áreas de matas alagadas da região também apresentando as paisagens e flora com fins de contemplação.
C	Soltura de quelônios	Realizada anualmente, tem-se um evento próprio com este fim de soltura objetivando a preservação da espécie faunística.
D	Almoço típico regional	Oferecimento de alimentos à base da criação comunitária de aves e atividade de pesca local, além dos sucos naturais e frutas como sobremesa.
E	Banho de rio	Realizado nas praias da região do Lago do Zé Açú

Fonte: Cooperativa Coopazçu, organizado pelo autor (2017)

Segundo Braga (2002), o desenvolvimento local endógeno se mobiliza na utilização dos valores sociais e no fortalecimento das potencialidades locais para a diminuição das desigualdades sociais dos territórios partindo de uma concepção de desenvolvimento de baixo para cima, valorizando a identidade sociocultural e ambiental da localidade e buscando empoderar as instituições para que a participação dos próprios comunitários se torne o protagonismo de seu próprio desenvolvimento.

Nesse sentido, podemos ponderar que a cooperativa por meio de suas relações sociais postas entre os atores, torna-se o cerne do desenvolvimento a partir das redes sociais que são colocadas dentro das diversas instituições presentes na região e por meio do capital social que traz consigo a capacidade de cooperar por meio da reciprocidade e confiança, estabelecendo uma ação coletiva na governança cooperativa capaz de gerar uma ligação unitária na busca pela melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento da localidade.

Considerações finais

A busca pelo entendimento do desenvolvimento a partir da perspectiva do Ator diante de suas relações nas redes sociais demonstrou-se como uma questão chave na análise da cooperativa estudada e como ela se relaciona com as



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

estruturas internas, sendo os próprios cooperados por meio da governança, e também com as estruturas externas, que são as instituições que estão presentes na região e colaboram por meio de fluxos que interagem e se retroalimentam através dos valores do Capital Social e ajudam na cooperação mútua na busca pelo desenvolvimento local.

O movimento cooperativo apresenta-se desde o seu surgimento como uma instituição capaz de estabelecer normas e regras que vão colaborar para uma ação coletiva baseada na reciprocidade, colocando os atores como principal instrumento de sociabilidade nas ações individuais e tendo como finalidade o alcance de objetivos comuns que trazem benefícios e melhoria na qualidade de vida para o grupo.

Assim, a Coopazçu se estabelece como uma importante instituição colaborativa na Região do Zé Açú, capaz de proporcionar por meio de sua organização social a melhoria na qualidade de vida das famílias locais, assim como também contribuir para a manutenção da identidade cultural dos atores bem como na conservação do meio ambiente; uma questão fundamental para a Amazônia.

Finalmente, cabe enfatizar que se torna cada vez mais necessário e urgente estabelecer e incentivar as organizações sociais na Amazônia, tanto por meio de cooperativas quanto por meio de associações, para que possam através de suas relações sociais estabelecer ligações com as instituições que compõem o tecido social e de forma que possam levar alternativas de desenvolvimento que compreendam a diversidade dos fatores, tanto econômicos quanto sociais, culturais e ambientais. Assim, contribuindo para um desenvolvimento com mais justiça social e não apenas em a serviço da economia.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada** – n° número 2, vol. IV: 379-397, abril/junho 2000.
- BIALOSKORKI NETO, Sigismundo. Aspectos econômicos das cooperativas / Sigismundo Bialoskorki Neto. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006. 222 p.
- BRAGA, Tania Moreira. Desenvolvimento local endógeno: entre a competitividade e a cidadania. **Rev. Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, n. 5 / maio, 2002.
- CHAVES, Maria P. S. R. Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. 2001. **Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica)** – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

- COSTA, B. A. L.; AMORIM JUNIOR, P. C. G.; SILVA, M. G. As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 53, Nº 01, p. 109-126, Jan/Mar 2015.
- FAVARETO, Erilson. O que é desenvolvimento?. Extraído (com atualizações) de Arilson Favareto / **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Ed. Iglu/Fapesp, 2007, p. 35 a 56.
- FUKUYAMA, F. "Capital Social". In: HARRISON, L. E.; HUNTINGTON, S. P. **A cultura importa**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- FUNDAÇÃO SICREDI. **A Trajetória do Sicredi**: uma história de cooperação – Sicredi's journey: a history of cooperativism / Fundação Sicredi; [tradução de Susan Abraham]. – Porto Alegre: Fundação Sicredi, 2014. 272 p.
- GONZALES, S. R.; PEREIRA, V. C.; SOLGIO, F. K. D. A perspectiva orientada pelo Ator em estudos sobre desenvolvimento rural. **Perspectivas Rurales. Nueva época**, Año 13, Nº 25, 2014.
- MLADENATZ, Gromoslav. **História das doutrinas cooperativas**. Trad.: José Carlos Castro; Maria da Graça Leal; Carlos Potiara Castro. Confebras: Brasília. 2003.
- OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- REISDORFER, Vitor Kochhann. **Introdução ao cooperativismo** / Vitor Kochhann Reisdorfer – Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2014. 106 p.
- SABOURIN, Eric. Manejo dos recursos comuns e reciprocidade: os aportes de Elionor Ostrom ao debate. **Sustentabilidade em debate**, 2010.
- SALES, João Eder. Cooperativismo: origens e evolução. **Revista brasileira de gestão e engenharia**. Número I, jan-jun, 2010, p. 23-34.
- SCHNEIDER, Sergio; ESCHER, Fabiano. A Contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 180-219.
- SILVA, Michele Cristhina. Cooperativismo no Brasil: um estudo comparativo de três perspectiva com ênfase na região de Florianópolis. **Dissertação Mestrado** (Mestrado acadêmico em administração) Universidade do Vale do Itajaí, SC, 2009.
- SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. **Soc. Estado**. Vol.16 n 1-2, Brasília, June/Dec. 2001.

Recebido em 30/11/2018
Aprovado em 17/01/2019